

Procuradores de SP voltam a ganhar até R\$ 82 mil

Prefeitura terá de desembolsar R\$ 19 milhões só com valores que deixaram de ser pagos desde a aplicação de teto, há um ano e meio

Diego Zanchetta

Um acórdão da 9.^a Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) determinou que 26 procuradores da Prefeitura devem voltar a receber supersalários de até R\$ 82 mil mensais. Até o julgamento definitivo da ação, movida pela Associação dos Procuradores do Município, a Secretaria de Planejamento determinou o fim do corte do teto para os servidores e a restituição dos valores descontados desde abril de 2011, quando o salário máximo no funcionalismo municipal foi fixado por decreto em R\$ 24.042,34, o valor pago hoje ao prefeito Gilberto Kassab (PSD).

O governo municipal vai ter de desembolsar cerca de R\$ 19 milhões só com os valores que serão devolvidos aos advogados pelo período no qual tiveram corte em seus vencimentos acima do teto. O procurador-geral do Município, Celso Augusto Coccaro, informou ontem ao *Estado* que vai recorrer da decisão proferida no dia 14 pelo desembargador Décio Notarangelli. Mas, até o julgamento definitivo da ação, os beneficiados pela decisão voltam a ganhar vencimentos maiores que o do próprio prefeito, conforme orientação da coordenadoria jurídica da pasta de Planejamento publicada no *Diário Oficial da Cidade* na quinta-feira.

PARA LEMBRAR

Os motivos dos supersalários

As tentativas de se limitar o salário dos funcionários públicos brasileiros começaram há várias décadas e culminaram na Emenda Constitucional 41, aprovada em 2003.

A proposta tentou blindar o uso de gratificações e auxílio-paletó e proíbe que remunerações “de qualquer outra natureza” ultrapassem o teto de R\$ 26,7 mil, salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Mas ainda há leis utilizadas para driblar esse cálculo nos três Poderes e não houve um entendimento final do STF sobre a regra.

Outra explicação para os supersalários são os benefícios já incorporados à remuneração de servidores antes da aprovação da emenda – que é o caso dos procuradores paulistanos.

Outros procuradores da Prefeitura também pleiteiam na Justiça a volta de seus salários, maiores que o teto constitucional. Mesmo após o limite salarial máximo ser definido por Kassab em R\$ 24.042,34, em abril de 2011,

113 dos 282 advogados da Prefeitura de São Paulo continuaram ganhando vencimentos superiores ao do prefeito, conforme revelou reportagem do *Estado* em agosto de 2011. Após a denúncia, Kassab mandou aplicar o teto a todos os procuradores e determinou a devolução dos valores recebidos ilegalmente entre abril e agosto.

A partir de janeiro deste ano, porém, a Associação dos Procuradores do Município passou a travar uma batalha com o governo nos tribunais. Em abril, após a 4.^a Vara da Fazenda Pública negar a volta dos vencimentos acima do teto, a entidade que representa os procuradores apelou ao Tribunal de Justiça, que mandou autorizar o retorno dos pagamentos no dia 7.

Honorários. Existem duas principais explicações para os altos salários dos procuradores: os honorários que recebem quando conseguem vencer uma causa judicial para o Município e as verbas extras, como gratificações e indenizações.

O recebimento dos honorários entre os procuradores foi criado na década de 1980, mas uma série de batalhas judiciais vem colocando em xeque esses pagamentos. Em 2005, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar um outro caso de supersalários, decidiu que os honorários advocatícios pertencem não aos procuradores, e sim “à pró-



Limite. Fixado por decreto, teto oficial do funcionalismo municipal é de R\$ 24.042,34

CRONOLOGIA

Briga começou em janeiro

13 de janeiro de 2012

Associação dos Procuradores do Município de São Paulo entra com mandado de segurança para acabar com o teto salarial que acabou com os supersalários de 26 procuradores da Prefeitura.

17 de janeiro de 2012

pria administração pública”. Mesmo assim, órgãos como o Tribunal de Contas do Estado (TCE) continuam aceitando o pagamento das comissões e não houve decisão judicial final proibindo a prática na capital paulis-

ta. Os honorários – assim como várias verbas indenizatórias, vantagens pessoais e gratificações – ainda são utilizados para driblar a norma constitucional que proíbe funcionários do poder público de ganhar mais que ministros

11 de abril de 2012

O mandado de segurança dos procuradores é julgado improcedente pela 4.^a Vara da Fazenda Pública.

15 de junho de 2012

A Associação apela ao TJ-SP.

22 de agosto de 2012

É restabelecida a liminar concedida em janeiro.

14 de novembro de 2012

Em acórdão da 9.^a Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, agravo de instrumento é julgado em definitivo, restabelecendo a liminar concedida em janeiro até o julgamento definitivo da apelação. Acionada, a Prefeitura acata a decisão até o julgamento definitivo da ação.

do Supremo.

Câmara. Seis funcionários da Câmara também ganharam na semana passada o direito de voltar a receber salários acima do teto, de até R\$ 42 mil.

Entidades não querem PP de Maluf na Sehab

Érica Teruel

ESPECIAL PARA O ESTADO

Movimentos sociais ligados à habitação divulgaram na segunda-feira uma carta aberta – depois transformada em petição – condenando a possibilidade de o PP de Paulo Maluf indicar os nomes que comandarão a Secretaria Municipal de Habitação e a Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab) na gestão de Fernando Haddad.

Na semana passada, o ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro (PP), entregou ao prefeito eleito uma lista com nomes sugeridos para a pasta. Para o coordenador-geral da Frente de Luta por Moradia (FLM), Osmar Silva Borges, a indicação de um integrante do PP inviabilizaria a realização dos projetos apresentados pelo petista durante a campanha eleitoral. “Participamos da elaboração do programa de governo e tivemos grande satisfação nisso. Mas tememos que um secretário do PP entrave os projetos”, ressaltou.

“(Haddad) Disse que ouviria os movimentos sociais e a hora é esta”, afirmam as lideranças na

carta. Em outro trecho, há críticas diretas às gestões pevistas de Paulo Maluf e Celso Pitta no Município: “A história do PP (...) é conhecida em São Paulo, com perseguição e criminalização dos movimentos sociais e populares, agressões aos trabalhadores informais e população em situação de rua, agenda de despejos e remoções, paralisação dos programas de mutirões e habitação popular”.

Para Borges, o indicado para a Secretaria Municipal de Habitação deverá ter uma boa capacidade de dialogar com os movimentos sociais: “Não acreditamos que isso vá acontecer se alguém do PP for escolhido.” Se o partido de Maluf conseguir a pasta, eles prometem cobrar Haddad. “Não vamos aceitar. O movimento é autônomo e vamos lutar”, afirma Benedito Barbosa, da União Nacional dos Movimentos de Moradia.

Encontro. Ontem, aconteceu uma reunião com líderes dos movimentos e o coordenador do grupo de transição do governo, o vereador Antonio Donato (PT). Segundo Barbosa, Donato teria afirmado que há espaço para o diálogo. “Ele disse que o Haddad vai nos receber”. A assessoria de Antonio Donato confirmou a realização da reunião, mas não as informações discutidas durante o encontro.

MEMÓRIA 4 GB
HD 500 GB

10X
R\$ 189,90
sem juros*
à vista R\$ 1.899,00 (cada)

DUPLA FORNO
QUEIMADOR
TRIPLA CHAMA

Electrolux
• Fogão 5 bocas com acendimento automático
• Timer e grill

10X
R\$ 199,90
sem juros*
à vista R\$ 1.999,00

55" LED

3D

Na compra desta TV leve 4 óculos 3D

TV 55" LED 3D Full HD com conversor digital a partir de**

De: R\$ 4.999,00
Por: **R\$ 3.999,00** à vista
10X R\$ 399,90 sem juros*

Natal

pontofrio

viva a inovação

Neste Natal

Pague 1 Leve 2

Poltrona reclinável Lafer (A segunda é de graça)*

Promoção válida para todos os modelos em nossos show-rooms e em nossos estoques.

R. Lovapés 6 T 3208.6722 • Shop Lar Center T 2252.3082 • R. Teodoro Sampaio 1709 T 3812.5596 • Shop Moema Av. Ibirapuera 3303 T 5535.4193 • Shop D&D piso sup T 3043.9259 www.lafer.com.br

interdomus LAFER

Ofertas válidas no dia 22/11/2012 ou enquanto durarem os estoques. *Condição exclusiva para os produtos anunciados. 20 peças por produto, exceto para produtos de saldo/mostruário. Não vendemos por atacado. **Consulte o vendedor sobre modelos disponíveis. Condição de pagamento: sem juros para financiamento em 10X no cartão de crédito, IOF não incluso. Sujeito a análise de crédito. ***Os produtos e marcas anunciados possuem seus direitos protegidos por lei. ****Oferta válida de 2 de junho de 2012 a 31 de janeiro de 2013. Para mais detalhes acesse www.windowupgradeoffer.com. Exceto Windows 7 Starter. Promoção sujeita a restrições. Consulte outras condições de pagamento. Eventuais erros neste impresso têm preservado o direito de retificação. Fotos ilustrativas. As ofertas anunciadas não são válidas para a loja virtual www.pontofrio.com.br nem para o Televidas.